

**PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO,  
COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL  
OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA**

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DO  
FORNECIMENTO DO *CARTÃO MAIS SOLIDÁRIO*, ÀS FAMÍLIAS DO  
CONCELHO DE CASCAIS, TENDENTES À AQUISIÇÃO DE BENS DE  
PRIMEIRA NECESSIDADE

**CADERNO DE ENCARGOS**

Proc.º 342/DCP/2025

## CAPÍTULO I. Disposições Gerais

### Artigo 1º.

#### Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as condições jurídicas, técnicas e económicas a incluir no contrato a celebrar para a **"Aquisição de Serviços no âmbito da ação social através do fornecimento do Cartão Mais Solidário, às famílias em maior vulnerabilidade económica e financeira do Concelho de Cascais, tendentes à aquisição de bens de primeira necessidade"**, com observância das especificações previstas no presente Caderno de Encargos, correspondentes ao **Código CPV: 85300000-2 Serviços de acção social e serviços conexos**, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007.

### Artigo 2º.

#### Documentos Contratuais

1. O contrato será celebrado por escrito nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Para além do clausulado contratual e respetivos anexos fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para o efeito;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Contraente Privado.
3. Além dos documentos indicados no número anterior, o Contraente Privado obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas e europeias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.
4. Havendo contradição entre os documentos que integram o contrato, nos termos do n.º 2 da presente cláusula, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo Contraente Privado nos termos do disposto no artigo 101.º deste Código.

## **Artigo 3º.**

### **Prazo de execução**

1. O contrato iniciará a sua produção de efeitos com o envio da nota de encomenda, que apenas poderá ocorrer após a emissão de visto prévio pelo Tribunal de Contas.
2. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento tem como prazo de vigência 24 (vinte e quatro) meses, contados nos termos definidos no número anterior, sem prejuízo das obrigações acessórias que decorram para além da cessação do mesmo.
3. A solicitação e/ou carregamento do *Cartão Mais Solidário* apenas pode ser efetuado no prazo de execução previsto no número anterior, podendo a sua utilização pelos beneficiários, ocorrer após o *terminus* desse este prazo.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o contrato a celebrar caducará automaticamente quando forem efetuados carregamentos nos *Cartões mais Solidários*, no valor de € 1.998.829,00 (um milhão novecentos e noventa e oito mil oitocentos e vinte e nove euros).

## **CAPÍTULO II.**

### **Obrigações contratuais**

#### **SECÇÃO I**

#### **Obrigações do Contraente Privado**

### **Artigo 4º.**

#### **Obrigações do Contraente Privado**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o Contraente Privado as seguintes obrigações:
  - a) Executar as prestações objeto do contrato de acordo com o estipulado no presente Caderno de Encargos e nas especificações técnicas constantes do seu Anexo I, na observância das normas vigentes e que se relacionem com o serviço a fornecer em causa e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
  - b) Proceder à entrega dos cartões ao Contraente Público, no prazo máximo de 7 (sete) dias, com as características definidas em sede de especificações técnicas do presente

Caderno de Encargos, para efeitos de distribuição pelas Juntas de Freguesia ou União de Freguesias responsáveis por proceder à sua entrega às famílias beneficiárias da iniciativa *Cartão Mais Solidário*;

c) Permitir a utilização do *Cartão Mais Solidário* atribuído a cada família nos termos do definido no presente Caderno de encargos, isto é, apenas na compra de bens de primeira necessidade e até ao valor atribuído;

d) Proceder à aplicação da percentagem melhor definida nos termos da proposta adjudicada sobre o valor das compras efetuadas pelos beneficiários, no ato da compra, sendo que o resultante deverá ser acumulado em cartão;

e) Proceder à entrega de um extrato, por cada *Cartão Mais Solidário*, em que estejam devidamente identificados os consumos efetuados ao seu abrigo, até ao 3.º dia do mês seguinte, para efeitos de confirmação, pela Entidade Adjudicante, do valor efetivamente consumido por cartão;

f) Proceder à entrega de um extrato mensal, em que estejam devidamente identificados os carregamentos efetuados por cada *Cartão Mais Solidário*, até ao 3.º dia do mês seguinte, para efeitos de confirmação, pelo Contraente Público, do valor efetivamente carregado por cartão;

g) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de execução do objeto contratual, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;

h) Comunicar antecipadamente ao Contraente Público os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;

i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o presente contrato, a sua situação jurídica e o seu registo comercial;

j) Sujeitar-se à ação fiscalizadora do Contraente Público, sendo responsável por todas as infrações verificadas em matérias que contratualmente sejam da sua responsabilidade;

k) Não ceder, sem prévia autorização do Contraente Público, a sua posição contratual;

l) Cumprir o disposto no artigo 419.º A do CCP, com as devidas adaptações, nos termos do exigido n.º 13 do artigo 42.º do CCP.

2. A título acessório, o Contraente Privado fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização e necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

## **Artigo 5º.**

### **Conformidade da prestação de serviços**

1. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados de acordo com as Especificações Técnicas constantes do Anexo I ao presente Caderno de Encargos.

2. Sempre que solicitado, o Contraente Privado obriga-se a disponibilizar os relatórios periódicos dos trabalhos e todos os documentos, em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa utilização ou funcionamento daqueles.
3. São da responsabilidade do Contraente Privado objeto do contrato todas as despesas e custos com os transportes inerentes à prestação de serviços.

## **Artigo 6º.**

### **Inoperacionalidade, defeitos e discrepância**

1. No caso de os serviços objeto do contrato não comprovarem a sua total conformidade com as características e especificações exigidas, o Contraente Público deve de isso informar, por escrito, o Contraente Privado.
2. No caso previsto no número anterior, o Contraente Privado deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Contraente Público, às alterações necessárias para garantir o cumprimento das características e especificações exigidas.

## **Artigo 7º.**

### **Objeto do dever de sigilo**

1. O Contraente Privado deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo toda a informação e documentação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Contraente Privado, assim como toda a informação e documentação que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades ou outras entidades administrativas competentes.

## **Artigo 8º.**

### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar da cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à prestação de segredos comerciais ou a credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Artigo 9º.****Patentes, licenças e marcas registadas**

São da responsabilidade do Contraente Privado quaisquer encargos decorrentes da utilização, durante a execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

**Artigo 10º.****Proteção de Dados**

1. Os dados pessoais a que o Contraente Privado tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pelo Contraente Público, ao abrigo deste Contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do Contraente Público.
2. O Contraente Privado compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público, ao abrigo do Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito pela mesma.
3. O Contraente Privado obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:
  - a) Tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do Contrato e, se aplicável, na estrita observância das instruções documentadas que lhe forem impostas pelo Contraente Público para além das previstas nos n.ºs 3 e 4 da presente cláusula;
  - b) Assegurar que os seus Colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no Contrato e que assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
  - c) Aplicar as medidas técnicas e organizativas adequadas previstas no artigo 32.º do RGPD, para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos, de probabilidade e gravidade variável, para os direitos e liberdades das pessoas singulares, o responsável pelo tratamento e o subcontratante aplicam as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco;
  - d) No caso em que seja autorizada pelo Contraente Público a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, ser o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas, designadamente a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão a

- legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o Contraente Privado celebre com outras entidades por si subcontratadas;
- e) Prestar assistência ao Contraente Público, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, na medida do possível, para o cumprimento das suas obrigações, enquanto responsável pelo tratamento, de resposta aos pedidos de exercício dos direitos do titular de dados previstos no capítulo III do RGPD;
  - f) Prestar assistência ao Contraente Público para assegurar o cumprimento da sua obrigação enquanto Responsável pelo Tratamento de Dados, designadamente:
    - i. Notificar a CNPD da violação de dados pessoais, sem demora injustificada e, se possível, no prazo máximo de 72 horas após ter tido conhecimento da mesma, a menos que a violação de dados pessoais não seja suscetível de resultar num risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares;
    - ii. Comunicar, sem demora injustificada, a violação dos dados pessoais ao titular dos dados, sempre que a violação dos dados pessoais possa resultar num risco elevado para os direitos e liberdades das pessoas singulares;
    - iii. Efetuar uma avaliação do impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais (avaliação do impacto na proteção de dados);
    - iv. Consultar a CNPD, antes de proceder ao tratamento, quando a avaliação de impacto sobre a proteção de dados indicar que o tratamento resultaria num elevado risco na ausência de medidas adotadas pelo responsável pelo tratamento para atenuar o risco;
  - g) Em caso de cessação da prestação de serviços de tratamento de dados pessoais, apagar todos os dados pessoais tratados por conta do Contraente Público, certificando-a que assim fez, a menos que o direito da União ou de um Estado-Membro exija a conservação dos dados pessoais;
  - h) Disponibilizar ao Contraente Público todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas no RGPD e no presente Contrato e contribuir para a realização de auditorias, incluindo inspeções, realizadas pelo Contraente Público ou por outro auditor por si mandatado.
- 4.** Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “Colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviço do Contraente Privado, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o fornecedor e o referido colaborador.
- 5.** O Contraente Privado será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto neste Contrato.

6. A obrigação prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do Contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

#### **Artigo 11º.**

##### **Dever de informação**

Durante todo o período de duração do Contrato, o Contraente Privado será obrigado, nomeadamente, a:

- a) Dar conhecimento imediato ao Contraente Público de qualquer emergência que ocorra no âmbito da execução do Contrato;
- b) Dar conhecimento imediato ao Contraente Público de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o cumprimento pontual e atempado de qualquer das suas obrigações ou que possa constituir causa de suspensão, interrupção ou cessação de alguma ou todas as atividades objeto do Contrato;
- c) Dar conhecimento imediato ao Contraente Público da necessidade ou conveniência de se proceder a uma qualquer intervenção ou a um serviço que não se encontre incluído no âmbito da Contrato;
- d) Fornecer ao Contraente Público, por escrito e no menor prazo possível, relatório circunstanciado e fundamentado das situações constantes da alínea anterior, integrando eventualmente a contribuição de entidades exteriores ao Contraente Privado e de reconhecida competência, com indicação das correspondentes medidas tomadas ou a implementar, para a superação daquelas situações;
- e) Manter o Contraente Público permanentemente informado sobre quaisquer situações que tenham ou possam ter impacto/repercussão na execução do objeto do Contrato.

## **SECÇÃO II**

### **Obrigações do Contraente Público**

#### **Artigo 12º.**

##### **Obrigações do Contraente Público**

Constituem obrigações do Contraente Público:

- a) Pagar ao Contraente Privado o preço contratual, nas condições estabelecidas no contrato a celebrar;
- b) Proceder à entrega dos cartões aos beneficiários da iniciativa *Cartão Mais Solidário* nos termos melhor definidos nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos;



- c) Proceder à conferência dos extratos entregues nos termos da alínea e) da cláusula 4.ª do Caderno de Encargos, para efeitos de confirmação do efetivamente consumido pelos beneficiários da iniciativa *Cartão Mais Solidário*;
- d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
- e) Facultar toda a informação relativa aos serviços prestados e bens fornecidos ao abrigo do contrato, sempre que lhes seja solicitado.

## Artigo 13º.

### Preço Base e Preço Contratual

1. Para efeitos do artigo 47.º do CCP, o preço global base é de **1.998.829,00 € (um milhão novecentos e noventa e oito mil, oitocentos e vinte e nove euros)**, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela aquisição de todos os serviços que constituem objeto do contrato, **o qual não se encontra sujeito à concorrência de mercado.**
2. O atributo das propostas fixado para efeitos do presente procedimento corresponde à percentagem a aplicar sobre o valor das compras efetuadas pelos beneficiários, cujo resultante será acumulado em cartão, que **não poderá ser inferior a 10 (dez)%, o qual se encontra sujeito à concorrência de mercado.**
3. Os cartões distribuídos aos beneficiários no âmbito do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento terão os valores fixados consoante a seguinte tipologia, tendo em consideração a dimensão do agregado familiar das famílias que apresentarem candidatura:
  - a) Cartões com o valor de 50,00 € (cinquenta euros);
  - b) Cartões com o valor de 100,00 € (cem euros); e
  - c) Cartões com o valor de 150,00 € (cento e cinquenta euros).
4. O preço contratual devido ao Contraente Privado corresponderá à globalidade do valor que for efetivamente consumido pelos beneficiários dos cartões, até ao limite máximo permitido pela sua tipologia.
5. Nos termos do número anterior, o Contraente Público apenas efetuará ao Contraente Privado o pagamento, por cada *Cartão Mais Solidário*, do valor efetivamente consumido nas compras de bens efetuadas, independentemente do *plafond* associado, desde que não ultrapasse o limite definido pela sua tipologia.
6. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

**Artigo 14º.****Condições de pagamento**

1. A(s) quantia(s) devidas pelo Contraente Público, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pelo Contraente Público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. O Contraente Público apenas suportará o preço dos bens efetivamente consumidos nas compras de bens efetuadas pelos beneficiários, independentemente do *plafond* associado a cada um dos *Cartões Mais Solidário* disponibilizados.
3. Para efeitos do n.º 1, a obrigação considera-se vencida quinzenalmente, por referência aos consumos efetivamente verificados por cada *Cartão Mais Solidário*.
4. Em caso de discordância por parte do Contraente Público quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- ~~5.~~ Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas por transferência bancária.
6. As faturas, em conformidade com o disposto no Código dos Contratos Públicos e nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, e subseqüentes alterações, devem ser enviadas eletronicamente através de Intercâmbio Eletrónico de Dados (EDI).

**SECÇÃO III****Penalidades contratuais e resolução****Artigo 15º.****Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir ao Contraente Privado o pagamento das sanções pecuniárias seguintes:
  - a) Pelo atraso na entrega do Cartão Mais Solidário, nos termos nos termos melhor definidos no presente Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção de até € 300,00 (trezentos euros) por cada dia de atraso;
  - b) Pelo atraso na entrega dos extratos de consumo, será aplicada uma sanção contratual até € 250,00 (duzentos e cinquenta euros), por cada dia de atraso;
  - c) Pela cedência da utilização indevida do Cartão Mais Solidário na aquisição de bens não elegíveis, será aplicada uma sanção contratual de até € 200,00 (duzentos euros) por cada incumprimento verificado;
  - d) Pelo incumprimento, registado em 10 (dez) casos consecutivos, da obrigação de permitir o consumo do valor atribuído aos respetivos cartões pelos beneficiários,

será aplicada uma sanção de até € 250,00 (duzentos e cinquenta euros), por cada ocorrência;

e) Pelo incumprimento, registado em 10 (dez) casos consecutivos, da obrigação de acumular em cartão a percentagem estabelecida na proposta adjudicada sobre o valor das compras efetuadas em bens de primeira necessidade, será aplicada uma sanção de até € 250,00 (duzentos e cinquenta euros), por cada ocorrência;

2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da entidade fornecedora e as consequências do incumprimento.

3. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, designadamente deduzindo o respetivo valor nas faturas e respetivos pagamentos subsequentes sem prejuízo do competente procedimento.

4. As penalidades previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público possa exigir uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Artigo 16º.**

##### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins, determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## **Artigo 17º.**

### **Resolução por parte do Contraente Público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, caso o Contraente Privado viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) Pela verificação da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do Artigo 15.º do Caderno de Encargos, por mais de 5 (cinco) vezes;
  - b) Pela verificação de, pelos menos, 20 (vinte) situações de impossibilidade de utilização do cartão de compra, devidamente comprovadas;
2. A resolução opera-se com a mera interpelação do Contraente Privado por carta registada com aviso de receção contendo a invocação dos motivos determinantes de tal ato jurídico e com, pelo menos, 48 horas de antecedência sobre a data da produção de efeitos.
3. A resolução do contrato nos termos previstos no número anterior não prejudica o direito de o Contraente Público ser indemnizado por quaisquer danos ou perdas decorrentes do disposto no n.º 4 do artigo 325.º do CCP.

## **Artigo 18º.**

### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

2. Para efeitos do disposto no artigo 318.º do CCP, a cessão da posição contratual é permitida em casos de iminência de incumprimento contratual por parte do cocontratante, mediante comunicação escrita enviada pelo cocontratante à CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS.
3. Em caso de incumprimento, pelo Contraente Privado, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, deve este ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP.
4. A subcontratação no contrato que se pretende celebrar segue os termos do disposto no CCP.

## **Artigo 19º.**

### **Seguros**

1. É da responsabilidade do Contraente Privado a cobertura, através de contratos de seguro celebrados para o efeito, de todos os riscos associados ao desenvolvimento da sua atividade, nos termos legalmente exigidos.
2. Os seguros indicados deverão manter-se válidos até ao final do contrato, obrigando-se o Contraente Privado ao cumprimento rigoroso do pagamento dos prémios e a apresentar, sempre, que lhe for solicitado pelo Contraente Público ou seus representantes, os respetivos comprovativos.
3. Os encargos com os seguros referidos serão da responsabilidade do Contraente Privado, incluindo qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável.
4. O Contraente Privado apresentará ao Contraente Público para aprovação e no prazo de 10 dias, após a data de notificação de adjudicação, cópia, duplicado ou fotocópia das apólices de seguros mencionados no n.º 1.
5. Os seguros indicados em nada diminuem ou restringem as obrigações contratuais do Contraente Privado perante o Contraente Público, e a sua contratação e manutenção em vigor não o exime da sua obrigação de indemnizar pelos prejuízos não cobertos relativos aos sinistros pelos quais seja responsável.
6. Em conformidade com as condições contratuais, e também no tocante aos seguros exigidos, o prestador de serviços é ainda responsável pelos seus subcontratados e tarefeiros.
7. O Contraente Público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 3 dias.

**CAPÍTULO III.****Disposições Finais****Artigo 20º.****Gestor do contrato**

Nos termos e para efeitos do artigo 290-A do CCP, no contrato celebrado entre as partes será indicado o gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

**Artigo 21º.****Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Artigo 22º.****Contagens de prazos**

Os prazos previstos no contrato de aquisição são contados de acordo com o disposto no Código dos Contratos Públicos.

**Artigo 23º.****Notificações**

1. As notificações entre as partes devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados nos contratos, e efetuadas com suficiente clareza, de modo a que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Com exceção das situações em que o presente Caderno de Encargos exija uma formalidade especial, as notificações podem ser efetuadas pelos seguintes meios:
  - a) Por carta registada com aviso de receção;
  - b) Por correio eletrónico
3. Salvo indicação em contrário, os atos administrativos inerentes à execução do contrato de aquisição só produzem efeitos após notificação, nos termos previstos nos números anteriores.
4. Qualquer alteração das informações de contacto constantes dos contratos deve ser comunicada à outra parte.

**Artigo 24º.**

**Encargos do contrato**

As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato escrito são da responsabilidade do Contraente Privado.

**Artigo 25º.**

**Legislação Aplicável**

Em tudo quanto for omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação portuguesa aplicável.

## **Anexo I – Especificações Técnicas**

### **Artigo 26º.**

#### **Objeto do procedimento**

O contrato a celebrar pretende a aquisição de serviços no âmbito da ação social através do fornecimento de *Cartão Mais Solidário*, às famílias com maior vulnerabilidade económica e financeira do Concelho de Cascais, tendentes à aquisição de bens de primeira necessidade.

### **Artigo 27º.**

#### **Serviços objeto do contrato**

1. A iniciativa *Cartão Mais Solidário* pretende apoiar, através da distribuição do *Cartão Mais Solidário*, as famílias do Município de Cascais em situação de carência económica, nas compras efetuadas em bens considerados de primeira necessidade e bens alimentares.
2. O *Cartão Mais Solidário* será utilizado perante o Contraente Privado, pelo que este último deverá consubstanciar uma empresa que se dedica, entre outros ao comércio de produtos alimentares e de consumo, restauração e bebidas.
3. O *Cartão Mais Solidário* será distribuído às famílias do Concelho de Cascais pela Junta de Freguesia/União de Freguesias da área de residência de cada uma delas.
4. A tipologia dos cartões a distribuir variará em função da dimensão do agregado das famílias com maior vulnerabilidade económica e financeira que apresentarem a sua candidatura perante a Junta/União de Freguesias destinada para o efeito, de acordo com o seguinte:
  - a) Cartões com o valor de 50,00 € (cinquenta euros);
  - b) Cartões com o valor de 100,00 € (cem euros);
  - c) Cartões com o valor de 150,00 € (cento e cinquenta euros).
5. Os cartões poderão ser utilizados em qualquer superfície comercial da rede do Contraente Privado, exclusivamente para a aquisição de bens alimentares e de primeira necessidade.
6. Sobre o valor das compras efetuadas pelos beneficiários, será aplicada a percentagem que resultar da proposta adjudicada, cujo resultante será acumulado em cartão para utilização futura.
7. O saldo do *Cartão Mais Solidário* deve ter o prazo de validade de 6 (seis) meses.

### **Artigo 28º.**

#### **Modo da prestação de serviços**

1. Para efeitos de operacionalização da prestação de serviços objeto do contrato a celebrar, o Contraente Público solicitará ao Contraente Privado a emissão dos cartões, consoante o número de famílias elegíveis para a campanha *Cartão Mais Solidário* durante a execução do contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento.



2. Cada solicitação, por parte do Contraente Público, conterá a definição do (i) número de cartões a emitir, bem como do (ii) valor correspondente a cada cartão, face à sua tipologia (isto é, cartões de 50€, cartões de 100€ e cartões de 150€).
3. A entrega dos cartões pelo Contraente Privado deverá ocorrer no prazo máximo de 7 (sete) dias, a contar da data da solicitação dos mesmos pelo Contraente Público.
4. Para efeitos do disposto no número anterior, a solicitação será efetuada mediante comunicação escrita, por meios telemáticos, para o email indicado em sede da proposta adjudicada.
5. É da responsabilidade do Contraente Público, por si ou por entidades designadas para o efeito, proceder à entrega dos cartões às famílias beneficiárias da Campanha *Cartão Mais Solidário*.
6. O consumo do valor atribuído face à tipologia de cada cartão só poderá ser efetuado nos bens de primeira necessidade e bens alimentares definidos no presente Caderno de Encargos.
7. Para efeitos de operacionalização dos pagamentos devidos pelo Contraente Público, deverá o Contraente Privado proceder à entrega de um extrato, por cada *Cartão Mais Solidário*, em que estejam devidamente identificados os consumos efetuados ao seu abrigo, até ao 3.º dia do mês seguinte, contendo preferencialmente a identificação do NIF do titular, para efeitos de confirmação do valor efetivamente consumido por *Cartão Mais Solidário*.

## **Artigo 29º.**

### **Tipologia dos cartões a emitir pelo Contraente Privado**

1. Os cartões a emitir pelo Contraente Privado deverão ter as seguintes características:
  - a) uma das faces do cartão (verso) deverá ser definida pelo Contraente Público aquando da celebração do contrato;
  - b) a outra face (frente) será definida pelo Contraente Privado.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a imagem deverá ficar definida no máximo até 10 dias após a celebração do contrato.
3. A tipologia dos cartões a distribuir variará em função da dimensão do agregado das famílias com maior vulnerabilidade económica e financeira que apresentarem a sua candidatura perante a Junta/União de Freguesias destinada para o efeito, de acordo com o seguinte:
  - a) Cartões com o valor de 50,00 € (cinquenta euros);
  - b) Cartões com o valor de 100,00 € (cem euros);
  - c) Cartões com o valor de 150,00 € (cento e cinquenta euros).

## **Artigo 30º.**

### **Localização geográfica do Contraente Privado**

O Contraente Privado deverá ter, no mínimo, uma loja no litoral, em qualquer freguesia do Concelho, e duas no interior do Concelho, distribuídas na Freguesia de Alcabideche e na

Freguesia de São Domingos de Rana, de modo que exista uma cobertura de todo o território do Concelho de Cascais, para que os beneficiários do *Cartão Mais Solidário* tenham fácil acesso às superfícies comerciais para efetuar a aquisição de bens de primeira necessidade e bens alimentares.

## **Artigo 31º.**

### **Histórico de Cartões Solidários e de Consumos**

Para efeitos de auxílio à elaboração das propostas pelos concorrentes, não ficando este, por via da celebração do contrato, limitado pelas mesmas, apenas devendo pagar o preço correspondente aos bens efetivamente consumidos, de acordo com o histórico existente o Município de Cascais concluiu pela existência de aproximadamente 4.260 (quatro mil duzentas e sessenta) famílias que reuniam as condições necessárias para serem elegíveis para a atribuição destes cartões de compra.

## **Artigo 32º.**

### **Bens elegíveis**

1. O *Cartão Mais Solidário* destina-se exclusivamente à aquisição de bens alimentares e bens de primeira necessidade, com o objetivo de assegurar o bem-estar e as condições mínimas de subsistência das famílias beneficiárias.
2. Fica expressamente vedada a utilização do *Cartão Mais Solidário* para a aquisição dos seguintes bens e serviços:
  - a) Bebidas alcoólicas e tabaco;
  - b) Produtos de luxo ou de cariz não essencial;
  - c) Jogos, lotarias ou qualquer tipo de aposta;
  - d) Combustíveis, artigos eletrónicos, ou quaisquer bens que não se enquadrem na definição de primeira necessidade.
3. O Contraente Privado compromete-se a garantir, através de mecanismos próprios de controlo e validação, que os cartões atribuídos não possam ser utilizados para a aquisição dos bens e serviços não elegíveis.